

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

**RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO SOBRE
AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DO EXERCÍCIO DE 2017.**

Artigo 8º e Anexo II da IN TC 20/2015.

Em cumprimento ao disposto no artigo 51 da Lei Complementar Estadual nº 202/2000, artigo 84 da Resolução TC 06/2001 e artigo 8º da IN TC 20/2015, o Diretor do Órgão Central de Controle Interno do Poder Executivo Municipal apresenta o presente relatório de análise das contas anuais de governo do exercício de 2017 com informações sobre os resultados alcançados com a execução dos orçamentos de todos os Poderes, órgãos e entidades, conforme conteúdo mínimo exigido no Anexo II da IN TC 20/2015.

I – SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DOS QUOCIENTES E DO RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O resultado da execução orçamentária em 2017 foi bom, pois apresentou um superávit de R\$ 3.402.977,80, equivalente a 7,54% da receita arrecadada que somou R\$ 45.111.359,01. **Conforme evidenciado no Balanço Orçamentário e Balanço Patrimonial.**

QUOCIENTES DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

1) Quociente da Execução da Receita:

$$\frac{\text{Receita Arrecadada} = 45.111.359,01}{\text{Receita Prevista} = 40.290.000,00} = 1,1196$$

Esse quociente exprime a seguinte relação:

Especificação	Valor	%
Receita Arrecadada	45.111.359,01	111,96
Receita Prevista	40.290.000,00	100,00
Superávit	4.821.359,01	11,96

A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para cada 1,00 de receita prevista foi arrecadado 1,1196, proporcionando um superávit de arrecadação de 0,1196.

2) Quociente da Execução da Despesa:

$$\frac{\text{Despesa Realizada} = 41.708.381,21}{\text{Despesa Fixada} = 40.290.000,00} = 1,0352$$

Esse quociente exprime a seguinte relação:

Especificação	Valor	%
Despesa Realizada	41.708.381,21	103,52
Despesa Fixada	40.290.000,00	100,00
Superávit	1.418.381,21	3,52

A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para cada 1,00 de despesa fixada foi realizado apenas 1,0352 proporcionando um superávit de 0,0352.

3) Quociente do Resultado Orçamentário:

$$\frac{\text{Receita Arrecadada} = 45.111.359,01}{\text{Despesa Realizada} = 41.708.381,21} = 1,0815$$

Esse quociente exprime a seguinte relação:

Especificação	Valor	%
Receita Arrecadada	45.111.359,01	108,15
Despesa Realizada	41.708.381,21	100,00
Superávit Orçamentário	3.402.977,80	8,15

A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para cada 1,00 de despesa realizada foi arrecadado 1,0815 de receita, evidenciando um superávit de execução orçamentária de 0,0815.

DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

No exercício de 2017 foram realizadas alterações orçamentárias no valor de R\$ 13.072.147,65, sendo R\$ 4.526.599,49 por conta de anulação de dotações autorizadas em lei específica e remanejamento de recursos dentro da mesma categoria de programação; R\$ 6.030.846,48 por conta do excesso de arrecadação apurado em fontes de recursos; e R\$ 2.514.701,68 por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior em fontes de recursos.

Os créditos adicionais e o remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação foram realizados com observância à vinculação dos recursos e ao princípio constitucional da legalidade e em observância ao artigo 7º c/c 43 da Lei (federal) 4.320/64 e artigo 167, VI da CF/88.

QUOCIENTES DO RESULTADO FINANCEIRO E PATRIMONIAL

O resultado financeiro do exercício de 2017 foi superavitário em R\$ 20.194.882,33, equivalente a 44,76% da receita arrecadada que somou R\$ 45.111.359,01, conforme apurado no Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial consolidado, cumprindo assim ao princípio do equilíbrio de caixa, conforme exige o artigo 48, alínea "b", da Lei (federal) nº 4.320/64 c/c artigo 1º, §1º da Lei Complementar (federal) nº 101/2000, equilíbrio esse em todas as fontes de recursos, conforme

apurado nos registros contábeis realizados no grupo “controles” do Plano de Contas Único, EXCEÇÃO FEITA ÀS FONTES RELACIONADAS NO QUADRO ABAIXO CONSTANTE DO ITEM 9.

O resultado patrimonial do exercício de 2017 foi superavitário em R\$ 6.881.754,12 conforme apurado no Demonstrativo das Variações Patrimoniais, elevando o Patrimônio Líquido do Município apurado em 2016 de R\$ 26.536.150,08 para R\$ 33.417.904,20, conforme evidenciado no Balanço Patrimonial de 2017.

O Ativo Permanente acumula valores de bens móveis, imóveis, realizáveis a longo prazo e créditos, equivalentes a R\$ 33.695.912,81, enquanto o Passivo Permanente, constituído de obrigações trabalhistas, fornecedores, empréstimos e provisões soma R\$ 21.023.627,21 (considerando aqui os RP não processados), proporcionando um superávit do grupo permanente de R\$ 12.672.284,90, conforme Balanço Patrimonial.

Quocientes sobre o Balanço Financeiro

1) Quociente da Execução Extra-Orçamentária:

$$\begin{aligned} \text{Receita extra-orçamentária} &= \underline{90.170.972,96} = 0,9974 \\ \text{Despesa extra-orçamentária} &= 90.400.384,23 \end{aligned}$$

Esse quociente exprime a seguinte relação:

Especificação	Valor	%
Receita Extra-Orçamentária Arrecadada	90.170.972,96	99,74
Despesa Extra-Orçamentária Realizada	90.400.384,23	100,00
Déficit	229.411,27	0,26

A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para cada 1,00 de despesa extra-orçamentária foi recebido 0,9974 de receita extra-orçamentária proporcionando um déficit de recursos extra-orçamentários no exercício de 0,0026.

2) Quociente do Resultado da Execução Financeira

$$\begin{aligned} \text{Receita Total Arrecadada} &= \underline{135.282.332,00} = 1,0240 \\ \text{Despesa Total Realizada} &= 132.108.765,40 \end{aligned}$$

Esse quociente exprime a seguinte relação:

Especificação	Valor	%
Receita Total Arrecadada	135.282.332,00	102,40
Despesa Total Realizada	132.108.765,40	100,00
Superávit	3.173.566,60	2,40

A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para cada 1,00 de despesa total foi arrecadado 1,0240 proporcionando um superávit na execução financeira de 0,0240.

3) Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros:

$$\frac{\text{Saldo para o Exercício Seguinte} = 20.406.864,55}{\text{Saldo do Exercício Anterior} = 17.342.024,78} = 1,1767$$

Esse quociente exprime a seguinte relação:

Especificação	Valor	%
Saldo para o Exercício Seguinte	20.406.864,55	117,67
Saldo do Exercício Anterior	17.342.024,78	100,00
Superávit	3.064.839,77	17,67

A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para cada 1,00 de saldo do exercício anterior está passando 1,1767 para o exercício seguinte proporcionando um superávit no exercício de 0,1767.

QUOCIENTES SOBRE O BALANÇO PATRIMONIAL

4) Quociente do Resultado Financeiro

$$\frac{\text{Ativo Financeiro} = 21.029.681,23}{\text{Passivo Financeiro} = 834.798,60} = 25,1913$$

Esse quociente exprime a seguinte relação:

Especificação	Valor	%
Ativo Financeiro	21.029.681,23	2.519,13
Passivo Financeiro	-834.798,60	100,00
Superávit Financeiro	20.194.882,63	2.419,13

A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para cada 1,00 de dívida de curto prazo o Município tem em caixa 25,1913 evidenciando um superávit de 24,1913.

5) Quociente da Situação Permanente:

$$\frac{\text{Ativo Permanente} = 33.695.912,81}{\text{Passivo Permanente} = 21.023.627,21} = 1,6027$$

Esse quociente exprime a seguinte relação:

Especificação	Valor	%
Ativo Permanente	33.695.912,81	160,27
Passivo Permanente	21.023.627,21	100,00
Superávit	12.672.285,60	60,27

A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para cada 1,00 de compromisso de longo prazo o Município dispõe de um patrimônio de 1,6027 proporcionando um superávit no patrimônio permanente de 0,6027.

6) Quociente do Resultado Patrimonial:

$$\frac{\text{Soma do Ativo}}{\text{Soma do Passivo}} = \frac{54.725.594,04}{21.307.689,84} = 2,5683$$

Esse quociente exprime a seguinte relação:

Especificação	Valor	%
Soma do Ativo	54.725.594,04	256,83
Soma do Passivo	21.307.689,84	100,00
Superávit	33.417.904,20	156,83

A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para cada 1,00 de Passivo, existem 2,5683 de Ativo, evidenciando um Superávit de resultado patrimonial de 1,5683.

7) Avaliação da Evolução do Ativo Real Líquido

O Ativo Real Líquido constante do Balanço Patrimonial do exercício de 2017 deve ser igual ao Ativo Real Líquido constante do Balanço Patrimonial do exercício de 2016, mais o Resultado Patrimonial do exercício de 2017, constante do Demonstrativo das Variações Patrimoniais.

Componentes	Valor
(+) Ativo Real Líquido do exercício de 2016	26.536.150,08
(+) Resultado Patrimonial do exercício de 2017	6.881.754,12
(=) Ativo Real Líquido do exercício de 2017	33.417.904,20

8) Avaliação da Variação do Resultado Financeiro

A variação do resultado financeiro do exercício de 2017 em relação ao exercício de 2016, menos (-) o cancelamento de restos a pagar, mais (+) a transferência de valores do ativo financeiro para o permanente, menos (-) a transferência do Ativo Permanente para o Financeiro, menos (-) a transferência de valores do passivo financeiro para o permanente, mais (+) a transferência de valores do Passivo Permanente para o Financeiro deve ser igual (=) ao resultado orçamentário do exercício de 2017, conforme abaixo:

(+) Resultado Financeiro de 2017	20.194.882,63
(-) Resultado Financeiro de 2016	16.764.183,55
(=) Variação do Resultado Financeiro de 2017 em Relação a 2016	3.430.699,08
(-) Cancelamento de Restos a Pagar	27.721,28
(-) Interferências Financeiras Creditadas	0,00
(+) Interferências Financeiras Debitadas	0,00
	3.402.977,80
(=) Resultado Orçamentário de 2017	3.402.977,80
(-) Resultado Orçamentário de 2017 constante do BO	3.402.977,80
(=) Diferença (*)	0,00
Resultado Orçamentário – Balanço Orçamentário	3.402.977,80
(-) Transferências Financeiras Concedidas	39.811.978,88
(+) Transferências Financeiras Recebidas	39.811.978,88
(=) Resultado Orçamentário Efetivo	3.402.977,80

9) Avaliação do Resultado Financeiro do Exercício

De acordo com o disposto no artigo 48, alínea “b” da Lei (federal) nº 4320/64, c/c o artigo 1º, §1º, 8º e 50, inciso I da Lei Complementar nº 101/2000, o Município deve obediência ao princípio do equilíbrio de caixa em todas as fontes de recursos.

Desse modo, analisando o resultado financeiro em cada uma das fontes de recursos, controladas contabilmente no Grupo 8 “Controles” conforme orientações constantes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional, o Município encerrou o exercício de 2017 com equilíbrio de caixa em todas as fontes de recursos, conforme Balancete de Verificação do Grupo 8, exceção feita às seguintes fontes de recursos:

Código da F.R.	Denominação da Fonte de Recursos	Valor da Insuficiência	OBS.
0.1.05.000022	Proteção Social Especial de Média Complexidade	384,16	
0.1.05.000027	Proteção Social Básica - Custeio	15.685,33	
0.1.08.000031	PNAE – Ensino Fundamental	7.171,15	
0.1.09.000036	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE - Fundamental	2.471,02	
0.1.09.000037	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE - Infantil	4.051,00	
0.1.70.000162	Convênio Ministério da Agricultura – Aquisição de Trator e Equip. Agr.	3.855,32	
0.1.70.000179	Convênio Ministério do Turismo – Centro de Eventos	107.640,44	
0.1.71.000071	Convênio SEE – Transporte Escolar – Ensino Fundamental	40.193,59	
0.1.71.000073	Convênio SDR – Pavimentação de Ruas	176.029,51	
0.1.71.000088	Convênio SDR – Pavimentação Acesso Morro da Cruz	351.810,06	
0.1.71.000165	Convênio SDR – Reforma e Ampl. da Casa Dei Noni Pascoa	8.521,44	
0.1.71.000173	Convênio SDR – Pavimentação Rua Clemente Demonti	2.525,18	

0.1.81.000008	PNAE – Ensino Fundamental	137,09	
0.2.28.000139	Ações Estratégicas de Vigilância em Saúde	5.975,16	
0.2.28.000146	Saúde da Família	30.325,61	
0.2.28.000145	Saúde Bucal	8.904,23	
0.2.28.000150	Piso Fixo de Vigilância e Promoção a Saúde	792,15	
0.2.28.000137	Piso Estratégico – Gerenciamento de Risco de VISA	4.000,00	
0.2.28.000046	Programa Requalificação de UBS – Reforma/Ampliação	33.433,30	
0.2.28.000148	SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	3.219,19	
0.2.28.000147	Núcleo de Apoio Saúde Família-NASF	15.145,73	
0.2.29.000158	Co-Financiamento da Atenção Básica	24.076,94	
0.2.29.000170	Piso Fixo de Vigilância em Saúde	13,64	

II – DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS PROGRAMAS DO ORÇAMENTO FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL E DE INVESTIMENTOS, COM INDICAÇÃO DAS METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS PREVISTAS E EXECUTADAS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NA LOA, OBSERVADAS AS UNIDADES DE MEDIDA CONCERNENTES A CADA AÇÃO. **Facultativo em 2017.**

A Lei Complementar nº 101/2000 fortaleceu ainda mais o princípio do planejamento na administração pública ao estabelecer em seu artigo 1º que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada, capaz de prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante cumprimento das metas estabelecidas nos instrumentos de planejamento e relacionadas à parte física e fiscais: de receita, despesa, resultado primário, resultado nominal e montante da dívida, conforme disposto no artigo 4º, inciso I, alínea “e”, §1º, artigo 50, §3º e artigo 59, inciso V da citada lei.

Nesse sentido, faz-se necessário demonstrar e avaliar o cumprimento das metas físicas e financeiras dos programas com suas respectivas ações de governo priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, destacando o produto, a unidade de medida, a meta física prevista e realizada e a meta financeira prevista e realizada, conforme **Anexo I** deste relatório.

III – INFORMAÇÕES E ANÁLISE SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL E PRIORIDADES ESCOLHIDAS PELO MUNICÍPIO NA LDO, BEM COMO A EXECUÇÃO DAS METAS ESCOLHIDAS PELA POPULAÇÃO EM AUDIÊNCIA PÚBLICA. **Facultativo em 2017.**

Nos termos do artigo 165 da Constituição Federal e 35 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, o Plano Plurianual deve estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da administração para um período de quatro anos, enquanto o artigo 5º da Lei Complementar nº 101/2000 impõe que a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual devem ser elaboradas de forma compatível com o Plano Plurianual no que diz respeito aos objetivos e metas.

Por outro lado, o artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 impõe a realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, leis de diretrizes e orçamentos como forma de transparência e participação popular.

Nesse sentido faz-se necessário demonstrar e avaliar a execução do Plano Plurianual através do cumprimento dos objetivos e metas nele estabelecidas e priorizada na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, conforme **Anexo II** deste relatório.

IV – ANÁLISE DA EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS: FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL E DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS EM QUE O MUNICÍPIO, DIRETA OU INDIRETAMENTE, DETENHA A MAIORIA DO CAPITAL SOCIAL COM DIREITO A VOTO. **Facultativo em 2017.**

De acordo com o §5º do artigo 165 da Constituição Federal a Lei Orçamentária Anual deve compreender o orçamento fiscal, orçamento de investimento das empresas do governo e orçamento da seguridade social.

De outro lado, o artigo 74 da Constituição Federal e 59 da Lei Complementar nº 101/2000, atribui ao sistema de controle interno, competência para fiscalizar e avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos.

Diante desses comandos constitucionais e legais, faz-se necessária a apresentação de uma análise comparativa entre a previsão e a execução dos orçamentos: fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas do governo, conforme disposto no **Anexo III** deste relatório.

V – ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO. **Facultativo em 2017.**

Em atendimento ao disposto no artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo Municipal, até 30 dias após a publicação dos orçamentos, estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para o exercício, visando acompanhar ao longo do exercício o cumprimento ao princípio do equilíbrio de caixa.

Desse modo, no exercício de suas atribuições de fiscalizar e avaliar o cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal faz-se necessário que o Órgão de Controle Interno demonstre a análise comparativa entre a programação e a execução financeira de desembolso, de forma a estimular sempre mais o aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento das ações. A análise comparativa consta do **Anexo IV** deste relatório.

VI – DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO LIQUIDADOS, EXISTENTES AO FINAL DO EXERCÍCIO, BEM COMO SOBRE AS DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES REGISTRADAS NO BALANÇO GERAL. **Facultativo em 2017.**

Nos termos do artigo 36 da Lei (federal) nº 4320/64, constituem restos a pagar as despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro, distinguindo-as das processadas e não processadas.

O não pagamento de despesa no exercício financeiro de sua competência, via de regra, decorre de dois fatores: insuficiência de caixa ou porque a despesa estava em processo de liquidação, devendo, contudo, serem pagas no exercício seguinte, observando o disposto no artigo 5º da Lei (federal) nº 8666/93.

O artigo 35, c/c o artigo 60 da lei acima referida, tratam do princípio da competência para as despesas públicas ao estabelecer que pertencem ao exercício as despesas nele legalmente empenhadas e que é vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

Todavia, na prática, mesmo em afronta ao artigo 60 acima referido, pode ocorrer a realização de despesa sem o devido empenho prévio, reconhecida em exercícios futuros, situação em que a sua contabilização deve ocorrer no elemento 92 – Despesas de Exercícios Anteriores, conforme disposto no artigo 37 da Lei (federal) nº 4.320/64, Manual da Despesa Pública aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional e Portaria Conjunta SOF/STN nº 163/2001, de forma a identificar nos Balanços a ocorrência dessa irregularidade, permitindo assim que os órgãos de fiscalização tomem conhecimento do fato e considerem este valor para efeito de apuração do verdadeiro resultado orçamentário e financeiro do exercício anterior.

De todo o exposto, faz-se necessário a apresentação de demonstrativo dos restos a pagar existentes no final do exercício e das despesas empenhadas no exercício e classificadas como sendo “Despesas de Exercícios Anteriores”, conforme **Anexo V** deste relatório.

VII – DEMONSTRATIVO DOS VALORES MENSIS REPASSADOS NO EXERCÍCIO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS. **Facultativo em 2017.**

Precatórios são requisições de pagamento expedidas pelo Judiciário para cobrar de municípios, estados ou da União, assim como de autarquias e fundações, o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva.

Os precatórios podem ter natureza alimentar (decisões sobre salários, pensões, aposentadorias, indenizações por morte ou invalidez, benefícios previdenciários, créditos trabalhistas, entre outros) ou natureza comum (decisões sobre desapropriações, tributos, indenizações por dano moral, entre outros).

Nos termos do artigo 100 e 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o condenado deve transferir mensalmente ao Tribunal de Justiça entre 1% e 2% da Receita Corrente Líquida para pagamento dos precatórios por este de acordo com as prioridades (alimentares) e preferências (idosos e doentes graves) previstas no texto constitucional.

Nesse sentido, faz-se necessário a apresentação de demonstrativo dos valores transferidos no exercício de 2017 ao Tribunal de Justiça para pagamento de precatórios, conforme **Anexo VI** deste relatório.

VIII – DADOS E INFORMAÇÕES SOBRE DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO.

Facultativo em 2017

Nos termos do artigo 30, inciso III da Constituição Federal c/c artigo 11 da Lei Complementar (federal) nº 101/2000, constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional do Município, devendo ainda fazer acompanhar ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária, demonstrativo com especificação das medidas de combate à sonegação e a evasão fiscal, adotadas e a adotar, e as ações de fiscalização e cobrança, conforme disposto no artigo 53, §2º, inciso II da citada Lei Complementar.

Portanto, faz-se necessário demonstrar neste relatório o cumprimento pelo Município desses comandos constitucional e legal, especialmente em relação aos créditos da fazenda pública inscritos em dívida ativa.

a) Demonstrativo dos créditos da Fazenda Pública inscritos em Dívida Ativa.

Natureza do Crédito	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2017	Varição
MJM Dívida Ativa do IPTU			
MJM Dívida Ativa do ITBI			
MJM Dívida Ativa do ISS			
MJM da Dívida Ativa de Outros Tributos			
MJM Dívida Ativa da Taxa de VISA			
Receita da Dívida Ativa do IPTU			
Receita da Dívida Ativa do ITBI			
Receita da Dívida Ativa do ISS			
Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos			
Receita da Dívida Ativa da Taxa de Visa			
Outras MJM da Dívida Ativa não Tributária de OR			
Dívida Ativa não Tributária de Outras Receitas			
TOTAL			

b) Demonstrativo das Ações de Recuperação de Créditos na Instância Judicial

Componentes	Quantidade/valor
Quantidade de Ações Ajuizadas	
Valor Ajuizado até 31/12/2017	

c) Demonstrativo da Evolução dos Créditos Tributários passíveis de Cobrança Administrativas e Indicação das Medidas adotadas para a Recuperação de Créditos nesta Instância.

Componente	SALDOS DA DÍVIDA ATIVA EM 2017		
	1° (*) Quadrimestre	2° (*) Quadrimestre	Até o 3° Quadrimestre
Valores Ajuizados			
Valores em Cobrança Administrativa			
TOTAL			

(*) Informações não disponíveis.

d) Medidas Adotadas para Incremento das Receitas Tributárias e de Contribuições e das Providências Adotadas no Combate à Evasão e à Sonegação Fiscal.

Para dar cumprimento ao comando constitucional e legal de instituir, prever e arrecadar todos os tributos de sua competência, o Município de Nova Trento, através da Secretaria de Administração e Finanças e da Procuradoria Geral, atua de forma permanente no sentido de incrementar suas receitas próprias através de ações relacionadas à:

1. Atualização da planta de valores com o cadastramento de novas unidades imobiliárias, base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano;
2. Correção anual da Planta de Valores, da tabela da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP e dos tributos em geral pelo índice de inflação oficial acumulado no período;
3. Atualização periódica da Planta de Valores com base nos preços dos imóveis praticados no mercado;
4. Manutenção de contrato com empresa de consultoria especializada na área de tributação para manter a legislação atualizada, capacitar os fiscais e demais servidores do Departamento de Tributos, orientar na condução dos processos de fiscalização de empresas prestadoras de serviço, emissão de auto de infração e demais atos de competência da Unidade Administrativa;
5. Notificação de contribuintes em débito com a Fazenda Pública Municipal como tentativa de cobrança administrativa;

6. Expedição de Certidão de Dívida Ativa dos contribuintes inscritos e encaminhamento à Procuradoria Geral do Município para execução fiscal, de forma a impedir a prescrição de créditos da Fazenda Pública.

O quadro abaixo evidencia a evolução da arrecadação das receitas próprias, comprovando o seu incremento e o combate à evasão e a sonegação fiscal:

R\$ 1.000,00

Receita Própria	ARRECADAÇÃO POR EXERCÍCIO E CRESCIMENTO									
	2013	Δ%	2014	Δ%	2015	Δ%	2016	Δ%	2017	Δ%
IPTU	747,6		1.194,3	59,7	1.284,2	7,5	1.417,4	10,4	1.562,4	10,2
ISS	580,2		943,6	62,6	896,8	-4,9	961,3	7,2	975,6	1,4
ITBI	413,8		434,4	5,0	172,6	-60,3	320,0	85,4	395,1	23,4
IRRF	500,9		454,7	-9,2	509,5	12,1	631,9	24,0	624,5	-1,3
TAXAS	573,1		676,1	18,0	742,5	9,8	828,9	11,6	976,8	17,8
COSIP	559,2		691,9	23,7	958,3	38,5	1.152,7	20,3	1.089,3	-5,5
Outras	448,1		379,1	-15,4	493,4	30,2	710,6	44,0	1.452,8	104,5
	3.822,9		4.774,1	24,8	5.057,3	5,6	6.022,8	19,0	7.076,5	17,5

e) Montante das Renúncias de Receitas Concedidas no Exercício, por Espécie Prevista no Artigo 14, §1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

R\$ 1,00

Tributo	Modalidade	Setores/ Programas/ Beneficiários	Renúncia Prevista	Renúncia Realizada	Diferença
IPTU	Isenção e Desconto	Pessoas carentes/Incentivos fiscais	1.010.000,00		
ITBI	Isenção	Incentivos Fiscais	4.000,00		
ISS	Isenção	Redução de Alíquota	15.000,00		
Multas e Juros	Anistia	Incentivo p/pagto. Dívida Ativa	24.000,00		
		TOTAL	1.053.000,00		

f) Créditos Baixados no Exercício em Razão de Prescrição

Espécie do Crédito	Valor	Motivos
IPTU		
ISS		
ITBI		Não há valores a Informar
Taxa de Licença p/ Exercício de Polícia		
Taxa pela Prestação de Serviço		
Outros Créditos Tributários		
Créditos não Tributários		
TOTAL		

IX – DEMONSTRATIVOS DOS INDICADORES FISCAIS DA LRF, RELATIVOS A DESPESAS COM PESSOAL, OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ENDIVIDAMENTO E CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS, INDICANDO AS RAZÕES DO NÃO

ALCANCE DAS METAS FISCAIS OU DA EXTRAPOLAÇÃO DE LIMITES, BEM COMO INDICAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS PARA MELHORIA DA GESTÃO E EQUILÍBRIO FISCAL E PARA RETORNO AOS LIMITES QUANDO FOR O CASO. **Facultativo em 2017.**

a) Demonstrativo dos gastos com pessoal em 2017

R\$ 1.000,00

Componente	1° Quadrimestre	2° Quadrimestre	3° Quadrimestre
Receita Corrente Líquida	39.762,4	39.999,3	41.332,7
Gasto total com Pessoal	19.945,8	21.137,7	20.960,5
% de Comprometimento	50,1	52,8	50,6
Gastos com Pessoal do Poder Legislativo	890,8	895,2	881,0
% de Comprometimento	2,2	2,2	2,1
Gastos com Pessoal do Poder Executivo	19.055,0	20.242,5	20.079,5
% de /comprometimento	47,9	50,6	48,5

b) Demonstrativo do Endividamento do Município em relação aos limites no exercício de 2017

R\$ 1.000,00

Componente	Valor	% da RCL	Limite de % da RCL
Dívida Consolidada	4,3	0,00	120,0%
Contratação de Operação de Crédito no Exercício	0,0	0,00	16,0%
Desembolso Anual com a Dívida Fundada	0,00	0,00	11,5%
Receita Corrente Líquida	4,3	0,00	-

c) Demonstrativo da avaliação do cumprimento das metas fiscais de 2017.

Componente	Prevista	Realizada	Diferença
Receita Total	40.290,0	45.111,4	4.821,4
Receitas Primárias (I)	37.836,0	43.113,4	5.277,4
Despesa Total	40.290,0	41.708,4	1.418,4
Despesas Primárias (II)	40.206,0	41.701,0	1.495,0
Resultado Primário (I-II)	-2.370,0	1.412,4	3.782,4
Resultado Nominal	-355,7	-518,0	-162,3

Dívida Pública Consolidada	642,2	300,2	-342,0
Dívida Fiscal Líquida	-2.250,6	-2.359,3	-108,7

NOTAS:

1. A **meta fiscal de receita** até o 3º quadrimestre de 2017 foi estabelecida em R\$ 40.290,0 mil. De acordo com os dados Consolidados até dezembro de 2017, extraídos dos relatórios contábeis, a receita arrecadada somou R\$ 45.111,4 mil, tendo sido, portanto, alcançada, se situando acima em R\$ 4.821,4 mil da meta fiscal estabelecida até o 3º quadrimestre.
2. A **meta fiscal de despesa** até o 3º quadrimestre de 2017 foi estabelecida em R\$ 40.290,0 mil. De acordo com dados consolidados até dezembro de 2017, extraídos dos relatórios contábeis, a despesa realizada somou R\$ 41.708,4 mil, não tendo sido, portanto, alcançada, se situando acima em R\$ 1.418,4 mil da meta fiscal estabelecida até o 3º quadrimestre.
3. A **meta fiscal de resultado primário** até o 3º quadrimestre de 2017 foi estabelecida em R\$ -2.370,0 mil. De acordo com dados consolidados até dezembro de 2017, extraídos dos relatórios contábeis, o Resultado Primário foi de R\$ 1.412,4 mil, tendo sido, portanto, alcançada, se situando acima em R\$ 3.782,4 mil da meta fiscal estabelecida até o 3º quadrimestre. O resultado primário tem como objetivo avaliar se as receitas primárias, derivadas do poder de tributar, foram suficientes para atender as despesas usuais de custeio e investimentos, sem comprometer o pagamento da dívida consolidada. O resultado primário é calculado pela seguinte equação: Receita não financeira: R\$ 43.113,4 mil – Despesa não financeira: R\$ 41.701,0 mil = R\$ 1.412,4 mil. Ou seja, o resultado primário até o 3º quadrimestre de 2017 indica que as fontes primárias de recursos (receitas que o Município obteve sem ampliação da sua dívida ou redução de seus ativos), foram suficientes para atender as despesas usuais de custeio e investimentos, também chamadas de despesas primárias ou despesas não financeiras.
4. A **meta fiscal de resultado nominal** até o 3º quadrimestre de 2017 foi estabelecida em R\$ -355,7 mil. De acordo com dados consolidados até dezembro de 2017, extraídos dos relatórios contábeis, o Resultado Nominal foi de R\$ -518,0 mil, tendo sido, portanto, alcançada, se situando acima em R\$ 162,3 mil da meta fiscal estabelecida até o 3º quadrimestre de 2017. O resultado nominal representa a evolução da dívida fiscal líquida de um período. Ela é calculada pela seguinte equação: Dívida Fiscal Líquida de 2017: R\$ -2.413,2 mil – Dívida Fiscal Líquida de 2016: R\$ -1.894,9 mil = R\$ -518,0 mil. Ou seja, o resultado nominal até o 3º quadrimestre de 2017 indica que a dívida fiscal líquida do Município de Nova Trento diminuiu em R\$ 518,0 mil.
4. A **meta fiscal montante da Dívida Consolidada Líquida** até o 3º quadrimestre de 2017 foi estabelecida em R\$ -2.250,6 mil. De acordo com os dados consolidados até dezembro de 2017, extraídos dos relatórios contábeis, o saldo da Dívida Consolidada Líquida é de R\$ -2.359,3 mil, tendo sido, portanto, alcançada, se situando acima em R\$ 108,7. Ela é calculada pela seguinte equação: Dívida Consolidada do Município: R\$ 300,2 mil - Ativo Financeiro Disponível: R\$ 2.659,5 mil = R\$ -2.359,3 mil.

X – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS DE APLICAÇÃO EM SAÚDE, EDUCAÇÃO E FUNDEB.

a) Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde

Nos termos do artigo 198 da Constituição Federal e artigo 77 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, o Município deve aplicar em cada exercício pelo menos 15% das receitas produto de impostos em Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Conforme dados extraídos de relatórios contábeis, e Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Vinculados a Ações e Serviços Públicos de Saúde, **Anexo VII** deste relatório, o cumprimento dos gastos em ações e serviços públicos de saúde no exercício de 2017, financiados com

recursos oriundos de receitas produto de impostos e controlados pelo código 0.1.02.000000, podem ser assim representados:

Demonstrativo do Cumprimento do Gasto Mínimo em Saúde	
Componente	Valor
Receitas Produto de Impostos Arrecadados no Exercício - RPI	25.317.389,80
Gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde Realizados no Exercício	5.499.778,00
Percentual de Gastos em Relação às RPI	21,72%

Nota: Não há registro de despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar.

b) Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e na Remuneração de Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício.

Nos termos do artigo 212 da Constituição Federal, artigo 60 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 21 da Lei (federal) nº 11.494/2007, o Município deve aplicar em cada exercício pelo menos:

- a) 25% das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino básico;
- b) 60% dos recursos transferidos a título de FUNDEB na remuneração de profissionais do magistério em efetivo exercício;
- c) 95% dos recursos recebidos a título de FUNDEB.

Conforme dados extraídos de relatórios contábeis, e Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Vinculados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico, **Anexo VIII** deste relatório, o cumprimento dessas exigências no exercício de 2017 podem ser assim representadas:

Demonstrativo do Cumprimento dos Gastos Mínimos em Ensino	
Componente	Valor
Receitas Resultantes de Impostos Arrecadados no Exercício - RRI	26.278.326,91
Gastos c/ Manut. e Desenvolvimento do Ensino Básico Realizados no Exercício	7.471.648,54
Percentual de Gastos em Relação às RRI	28,43%
Transferências de Recursos do FUNDEB no Exercício	5.743.409,04
Gastos com Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	4.244.151,29
Percentual de Gastos em Relação às Transferências do FUNDEB	73,84%
Percentual de Gastos Realizados com Recursos do FUNDEB	100,00%

Nota: Não há registro de despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar.

XI – INFORMAÇÃO SOBRE OS VALORES ANUAIS DAS DESPESAS REALIZADAS REFERENTES A AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS,

POR MODALIDADE DE LICITAÇÃO, BEM COMO AS DECORRENTES DE DISPENSAS E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. **Facultativo em 2017.**

Em cumprimento ao princípio da igualdade estabelecido no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal e o estatuto das licitações aprovado pela Lei (federal) nº 8666/93, as obras, serviços, compras e alienações deverão ser contratados pelo Município mediante processo licitatório.

O demonstrativo abaixo evidencia o volume de licitações e despesas realizadas no exercício de 2017 por modalidade de licitação.

Demonstrativo das Despesas Realizadas por Modalidade de Licitação					
Nº	Modalidade	Valores Licitados		Valores das Despesas Realizadas	%
		Obras e Serviços de Engenharia	Compras e Serviços		
3	Concorrência		2.047.489,65		
10	Tomada de Preços	818.733,20	102.437,70		
1	Convite	-	29.800,00		
0	Concurso	-	-		
89	Pregão Presencial	785.300,00	13.544.778,68		
0	Pregão Eletrônico	-	-		
0	Regime Diferenciado de Contratação	-	-		
8	Processo de Dispensa de Licitação	105.113,05	-		
12	Inexigibilidade de Licitação	-	468.350,00		
1.533	Contratação Direta	-	-	2.088.590,71	
	Total	1.709.146,25	16.192.856,03	2.088.590,71	

OBS. O sistema não disponibiliza relatório com as despesas realizadas por modalidade de aplicação.

XII – INFORMAÇÃO SOBRE O QUANTITATIVO DE SERVIDORES EFETIVOS NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA E EM COMISSÃO NÃO INTEGRANTES DO QUADRO EFETIVO. **Facultativo em 2017**

XIII – INFORMAÇÃO SOBRE O QUANTITATIVO DE CONTRATAÇÕES POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, COM INDICAÇÃO DAS NORMAS LEGAIS AUTORIZATIVAS E VALOR DO GASTO NO EXERCÍCIO. **Facultativo em 2017**

XIV – INFORMAÇÃO SOBRE O QUANTITATIVO DE CONTRATOS DE ESTÁGIO COM INDICAÇÃO DOS VALORES MENSAL E ANUAL. **Facultativo em 2017**

Nos termos do artigo 37, incisos II e V da Constituição Federal, a investidura em cargo ou emprego público, para atender necessidades permanentes da administração, depende de aprovação prévia em concurso público, enquanto os cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, destinam-se exclusivamente as atribuições de chefia, direção e assessoramento. Por outro lado, os estagiários são contratados para atividades estritamente auxiliar de atribuições funcionais de agentes públicos.

Ou seja, constitui burla ao concurso público a contratação por tempo determinado ou de estagiários para o exercício de atividades de natureza permanente ou privativa de servidor, assim como a nomeação em comissão com desempenho de atividades operacionais.

Nesse sentido é importante demonstrar como está composto o quadro de servidores do Município e se ele é compatível com o porte do Município.

Demonstrativo do Quantitativo de Servidores		
Vínculo	Nº de Servidores	% de Participação
I – Administração Direta		
- Servidores Ocupantes de Cargo Efetivo	303	46,98
- Servidores Ocupantes de Emprego Público	28	4,34
- Servidores em Cargo em Comissão	61	9,46
- Servidores Contratados por Tempo Determinado	213	33,02
- Estagiários	3	0,47
- Agentes Políticos	9	1,40
- Conselheiros Tutelares	5	0,78
- Servidores Ocupantes de Cargo Eletivo	9	1,39
II – Administração Indireta		
- Servidores Ocupantes de Cargo Efetivo	12	1,86
- Servidores Ocupantes de Emprego Público	0	0
- Servidores em Cargo em Comissão	1	0,15
- Servidores Contratados por Tempo Determinado	0	0
- Estagiários	1	0,15
TOTAL	645	100,00

Demonstrativo da Evolução do Quantitativo de Servidores e Despesa Realizada						
Vínculo	Base Legal	Quantidade em 01/01/16	Nomeações/Contratações em 2017	Exonerações/Rescisões em 2017	Quantidade em 31/12/17	Despesa Realizada (1)
I – Administração Direta						
- Servidores Ocupantes de Cargo Efetivo	LC 947/89 LC 29/03	280	26	20	285	-
- Servidores Ocupantes de Emprego Público	LC 638/15	27	30	30	28	
- Servidores com Vínculo com o Ente em Comissão		16	1	0	18	
- Servidores sem Vínculo com o Ente em Comissão	LC 631/15 LC 67/05 LC 660/17 LC 312/09 LC 177/07 LC 207/07	60	39	37	62	
- Servidores Contratados por Tempo Determinado	Lei 2553/14	51	256	195	112	
- Estagiários	Lei 1.818/02	3	0	2	1	
- Agentes Políticos com Mandato Eletivo	Lei 948/89 Lei 1000/90 Lei 1130/91	9	0	0	9	
- Conselheiros Tutelares	Lei 1284/93	5	0	0	5	
II – Administração Indireta						
- Servidores Ocupantes de Cargo Efetivo	Lei 1466/96	12	0	0	12	
- Servidores Ocupantes de Emprego Público		1	0	0	1	
- Servidores com Vínculo com o Ente em Comissão		0	0	0	0	
- Servidores sem Vínculo com o Ente em Comissão		0	0	0	0	
- Servidores Contratados por Tempo Determinado		0	0	0	0	
- Estagiários		1	0	0	1	
TOTAL						

1. O sistema não disponibiliza relatórios que possa identificar a despesa com pessoal segundo o seu vínculo.

XV – INFORMAÇÕES REFERENTES AOS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, COM DETALHAMENTO DOS POSTOS DE TRABALHO, RESPECTIVAS FUNÇÕES E VALORES MENSAL E ANUAL. **Facultativo em 2017**

A Lei Complementar (federal) nº 101/2000 em seu artigo 20, estabeleceu como limite de gastos com pessoal para o Poder Executivo e Poder Legislativo o equivalente a 54% e 6% da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Para inibir que esses limites sejam mascarados, o §1º do artigo 18 da citada lei, estabeleceu que os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referirem à substituição de servidores públicos, deverão ser contabilizados como “Outras Despesas de Pessoal”.

A fim de orientar os jurisdicionados, o Tribunal de Contas definiu através de prejulgado que considera contratos de terceirização para fins de entendimento do disposto no artigo 18, §1º da LRF, aqueles decorrentes da contratação de pessoas físicas ou jurídicas para o exercício de atividades ou funções finalísticas do Poder ou Órgão para os quais haja correspondência com cargos e empregos do seu quadro de cargos ou para execução de serviços de que resulte edição de atos administrativos, caracterizando exercício de parcela de poder público, correspondendo ao exercício de atividades que deveriam ser atribuídas a agentes públicos.

Nesse sentido, para facilitar a avaliação dos órgãos de fiscalização sobre o cumprimento das normas legais, faz-se necessário a apresentação de demonstrativo que evidencie os

contratos de terceirização de mão de obra com detalhamento dos postos de trabalho e respectivas funções. **Anexo IX deste relatório.**

XVI – DEMONSTRATIVO DOS GASTOS COM DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE POR MEIO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL. Facultativo em 2017.

Com o propósito de assegurar a igualdade de oportunidade entre os candidatos, o artigo 73, inciso VII da Lei (federal) nº 9.504/97 estabeleceu que as despesas com publicidade no primeiro semestre do ano da eleição, não podem exceder a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito.

A fim de que a contabilidade possa evidenciar de forma segregada os gastos com publicidade legal e publicidade de caráter educativo, informativo ou de orientação social, faz-se necessário à correta classificação da despesa no momento do empenho no que diz respeito ao elemento e sub-elemento da despesa, conforme orientação do Tribunal de Contas, permitindo, assim a apuração dessa informação e a verificação do cumprimento do mandamento legal acima referido:

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

3.3.90.39.88 – Serviços de Publicidade e Propaganda

3.3.90.39.90 – Serviços de Publicidade Legal

De acordo com os registros contábeis, os gastos com serviços de publicidade e propaganda (88) e serviços de publicidade legal (90), apresentaram os seguintes valores:

Demonstrativo dos Gastos com Divulgação e Publicidade					
Componentes	Gastos Realizados no 1º Semestre			Média de Gastos	Despesa Realizada em 2017
	2014	2015	2016		
3.3.90.39.88 – Publicidade e Propaganda	58.772,00	56.180,00	39.630,60	50.527,00	5.954,00
3.3.90.39.90 – Publicidade Legal	121,48	697,00	2.192,00	444,92	1.707,28

XVII – RELAÇÃO DE CONVÊNIOS COM A UNIÃO E ESTADO REALIZADOS NO EXERCÍCIO E OS PENDENTES DE RECEBIMENTO.

Essa informação e avaliação são importantes na medida em que o não recebimento de recursos de convênio no exercício pode resultar em déficit financeiro na fonte correspondente e, por consequência no descumprimento do princípio do equilíbrio de caixa em cada fonte de recurso, regrado no artigo 48, “b” da Lei (federal) nº 4320/64 c/c artigos 1º, §1º, 8º e 50, inciso I da Lei Complementar (federal) nº 101/2000, caso ocorra o atraso na liberação ou porque, via de regra, o recurso é liberado somente após a comprovação da liquidação da despesa.

Desse modo, a apresentação da relação dos convênios firmados com informações sobre o valor a receber, despesa liquidada e valores inscritos em Restos a Pagar financiados com recursos de convênio, na forma do **Anexo X** deste relatório, servirá como justificativa para o eventual desequilíbrio de caixa nessas fontes junto aos órgãos responsáveis pela fiscalização, uma vez que ele decorreu de fato alheio à vontade do Gestor Municipal.

XVIII – RELATÓRIO SOBRE EVENTOS JUSTIFICADORES DE SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA, COM REFLEXOS ECONÔMICOS E SOCIAIS, BEM COMO DISCRIMINAÇÃO DOS GASTOS EXTRAORDINÁRIOS REALIZADOS PARA ATENDIMENTO ESPECÍFICO AO EVENTO.

Informações e avaliações sobre a decretação de situação de emergência e estado de calamidade pública são importantes na medida em que elas exigem ações imediatas do Poder Público Municipal com o propósito de socorrer a população e restabelecer a normalidade na cidade, podendo, em alguns casos, exigir a abertura de créditos adicionais extraordinários sem indicação da fonte de recursos e resultar em déficit financeiro na fonte ordinária e, por consequência, no descumprimento do princípio do equilíbrio de caixa, regrado no artigo 48, “b” da Lei (federal) nº 4320/64 c/c artigos 1º, §1º, 8º e 50, inciso I da Lei Complementar (federal) nº 101/2000.

Essas circunstâncias, a juízo do Tribunal de Contas, podem justificar o eventual desequilíbrio de caixa, fato este que nos termos do artigo 3º, inciso VI da Portaria nº TC 233/2003, constitui restrição passível de recomendação pela rejeição das contas de governo.

Relação dos Eventos Justificadores da Decretação de Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública				
Descrição do Evento	Nº do Ato	Período de Validade	Despesa Extraordinária Realizada	Nº da N.E.
Não há eventos a registrar				

XIX – MANIFESTAÇÃO SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL EM RELAÇÃO ÀS RESSALVAS E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS EMITIDAS NOS PARECERES PRÉVIOS DOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES.

Na condição de órgão incumbido pela fiscalização dos atos da administração quanto ao cumprimento dos princípios que regem a administração pública e nesse sentido, contribuir para o aprimoramento da gestão e atuar como órgão de apoio ao Tribunal de Contas na sua missão

institucional, conforme disposto nos artigos 70 e 74, inciso IV da Constituição Federal, artigo 128, inciso IV da Resolução TC 06/2001 c/c artigo 22 da IN TC 20/2015, o Controle Interno tem o dever de acompanhar as providências administrativas adotadas pelas autoridades competentes quanto ao cumprimento das recomendações e determinações feitas pelo Tribunal de Contas em suas decisões.

Nesse sentido é importante registrar aqui as providências administrativas adotadas para cumprimento das determinações e recomendações recebidas do Tribunal de Contas e pendentes de solução.

Demonstrativo das Providências Administrativas Adotadas em Relação às Ressalvas e Recomendações feitas pelo Tribunal de Contas	
Nº do Processo: PCP 17/00215563	Responsável: Gian Francesco Voltolini
Ressalva:	Providências Administrativas Adotadas:
1. Assunção de obrigações de despesas nos dois últimos quadrimestres do mandato, não cumpridas integralmente no exercício ou que tinham parcelas a serem cumpridas no exercício seguinte, sem suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito, em descumprimento do art. 42, caput e parágrafo único, da Lei Complementar n. 101/2000 (LRF).	A insuficiência de caixa em algumas fontes de recurso é relativamente inexpressiva ou ocasionada pelo atraso na liberação de recursos de convênios. Entretanto, providências foram adotadas para restabelecer o equilíbrio em 2017.
Recomendações:	
2. Disponibilidades Financeiras Vinculadas registradas em conta bancária movimento da Prefeitura, no montante de R\$ 92.917,15, com indicativo de especificação de fonte de recurso ordinário, caracterizando afronta ao disposto nos arts. 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal e 85 da Lei n. 4.320/64 (Item 1.2.2.2 e Apêndice – Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fontes de Recursos e Informação n. 40/2017, fs. 268-272 dos autos);	De todas as informações sobre a execução orçamentária e financeira exigidas para garantir a transparência da gestão fiscal, apenas o lançamento das receitas deixou de ser disponibilizado haja vista que o sistema tributário não está integrado com a contabilidade. Em 2017 não foi possível integrar o sistema tributário com a contabilidade. Providências estão sendo adotadas no sentido de que esta restrição seja sanada a partir do exercício de 2018.
3. Realização de despesas, no montante de R\$ 33.082,49, de competência do exercício de 2016 e não empenhadas na época própria, em desacordo com os arts. 35, II, 60 e 85 da Lei n. 4.320/64 (itens 1.2.2.3, 3.1, Quadro 02-A, e 4.2, Quadro 11-A, do Relatório DMU);	Providências foram adotadas já em relação ao balanço de 2017, para que falhas dessa natureza não mais ocorram.
4. Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no art. 48-A, II, da Lei Complementar n. 101/2000, alterada pela Lei Complementar n. 131/2009 c/c o art. 7º, II do Decreto n. 7.185/2010 (item 1.2.2.4, Capítulo 7, Quadro 20, do Relatório DMU).	Providências estão sendo adotadas para que em 2018 o sistema tributário seja integrado com a contabilidade para que as receitas lançadas sejam também disponibilizadas em meios eletrônicos de acesso público.

<p>5. Recomenda ao Município de Nova Trento que, após o trânsito em julgado, divulgue a prestação de contas em análise e o respectivo parecer prévio, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, conforme estabelece o art. 48 da Lei Complementar n. 101/2000 – LRF.</p>	<p>Providência adotada.</p>
<p>Nº do Processo: PCP 16/00319235</p>	<p>Responsável: Gian Francesco Voltolini</p>
<p>Recomendações:</p>	<p>Providências Administrativas Adotadas:</p>
<p>1. Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no art. 48-A, II, da Lei Complementar n. 101/2000, alterada pela Lei Complementar n. 131/2009, c/c o art. 7º, II, do Decreto (federal) n. 7.185/2010 (Capítulo 7 do Relatório DMU);</p>	<p>De todas as informações sobre a execução orçamentária e financeira exigidas para garantir a transparência da gestão fiscal, apenas o lançamento das receitas deixou de ser disponibilizado haja vista que o sistema tributário não está integrado com a contabilidade. Providências foram adotadas no sentido de que esta restrição fosse sanada a partir do exercício de 2016.</p>
<p>2. Divergência no valor de R\$ 2.016.625,52, entre o Resultado Patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais – Anexo 15 (R\$ 5.300.647,03) e o Saldo Patrimonial do exercício corrente, apurado no Balanço Patrimonial – Anexo 14, (R\$ 22.754.245,05), deduzido o Saldo Patrimonial do exercício anterior (R\$ 19.470.223,54), em afronta aos arts. 104 e 105 da Lei n. 4.320/64. Registra-se que, conforme verificado no Sistema e-Sfinge, o saldo final do Passivo em 2013 representava R\$ 12.183.261,96, porém, nos lançamentos de abertura em 2014 constou o valor de R\$ 12.156.589,73, ocasionando a divergência de R\$ 30.796,41 que somada a divergência do item 8.1.3 perfaz o montante de R\$ 2.016.625,52 (Quadro 10 do Relatório DMU e fs. 187 a 193 dos autos);</p>	<p>O resultado patrimonial de 2015, apurado no Demonstrativo das Variações Patrimoniais, soma R\$ 821.687,12 (não R\$ 5.300.647,03) e o saldo patrimonial do exercício de 2014 é R\$ 22.754.245,05. A soma desses dois valores (R\$ 23.575.932,17) deve ser igual ao saldo patrimonial apurado no Balanço Patrimonial de 2015: R\$ 26.162.509,36. Há, portanto, uma diferença de R\$ 2.586.577,19. Esta diferença é a soma de R\$ 2.010.655,07 de “Resultado de Exercícios Anteriores” que passou a compor o Patrimônio Líquido, mais R\$ 575.922,12 do déficit apurado no Balanço Patrimonial do Instituto e Previdência.</p>
<p>3. Divergência no valor de R\$ 115.871,49, entre o saldo apresentado na Demonstração da Dívida Flutuante – Anexo 17 (R\$ 2.500.681,29) e o saldo do Passivo Financeiro constante do Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei n. 4.320/64 (R\$ 2.616.552,78), caracterizando afronta aos arts. 85 e 105 da referida Lei. Registra-se que parte da diferença (R\$ 115.828,93) se refere ao saldo anterior do Anexo 17 (Quadro 10 do Relatório DMU);</p>	<p>O Demonstrativo da Dívida Flutuante de 2016 – Anexo 17, apresenta um saldo de R\$ 2.757.905,20, enquanto o Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial apresenta um saldo de R\$ 2.750.689,68, registrando, portanto, uma diferença de R\$ 7.215,52. Providências estão sendo adotadas já em relação ao balanço de 2016, para que falhas dessa natureza não mais ocorram.</p>
<p>4. Divergência no valor de R\$ 1.985.829,11, entre o saldo do grupo Disponível do Balanço Patrimonial do exercício anterior – Anexo 14 (R\$ 12.783.524,64) e o saldo inicial do Balanço Financeiro do exercício atual – Anexo 13 (R\$ 10.797.695,53), em desacordo com o art. 103 da Lei n. 4.320/64. Registra-se que, conforme verificado no Sistema e-Sfinge, o saldo final do</p>	<p>Providências estão sendo adotadas já em relação ao balanço de 2016, para que falhas dessa natureza não mais ocorram.</p>

Disponível em 2013 representava R\$ 12.643.450,11, porém, nos lançamentos de abertura em 2014 constou o valor de R\$ 10.657.621,00, ocasionando a divergência de R\$ 1.985.829,11 (Quadro 10 do Relatório DMU e f. 119 dos autos);							
5. Registro indevido nos Grupos Depósitos e Restos a Pagar do Passivo Financeiro nas Especificações de Fontes de Recursos 0, 1, 2 e 22, com saldo devedor de R\$ 86.340,92, R\$ 23.004,51, R\$ 8.402,57 e R\$ 6.019,06, respectivamente, em afronta ao previsto no art. 85 c/c o art. 105 da Lei n. 4.320/64 (Apêndice - Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos);	Providências estão sendo adotadas já em relação ao balanço de 2016, para que falhas dessa natureza não mais ocorram.						
6. Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso, em desatendimento ao que dispõe o art. 1º da Resolução n. TC-77/2013, que deu nova redação ao art. 20, §2º, alínea "e", da Resolução n. TC-16/94 (Capítulo 6, item 6.6, do Relatório DMU).	O Município não dispunha do Conselho Municipal do Idoso em 2015. Ele foi constituído em 13/02/2017 pela Portaria nº 088/2017. Portanto, a partir do exercício de 2017 o Parecer será encaminhado.						
7. Recomenda ao responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto à irregularidade afeta ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA (vide Capítulo 6, item 6.3.1, do Relatório DMU).	Até abril de 2017 será enviado ao Tribunal de Contas o Plano de Aplicação, o Plano de Ação e o parecer do Conselho sobre as contas do FIA de 2016.						
8. Recomenda ao Poder Executivo que, após o trânsito em julgado, divulgue esta Prestação de Contas e o respectivo Parecer Prévio, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, conforme estabelece o art. 48 da Lei Complementar n. 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal.	Providências estão sendo adotadas para divulgação da prestação de contas e o respectivo parecer prévio, no portal da transparência.						
Nº do Processo: PCP 15/00127130	Responsável: Gian Francesco Voltolini						
Recomendações:	Providências Administrativas Adotadas:						
1. Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no art. 48-A, II, da Lei Complementar n. 101/2000, alterada pela Lei Complementar n. 131/2009, c/c o art. 7º, II, do Decreto (federal) n. 7.185/2010 (Capítulo 7 do Relatório DMU);	De todas as informações sobre a execução orçamentária e financeira exigidas para garantir a transparência da gestão fiscal, apenas o lançamento das receitas deixou de ser disponibilizado haja vista que o sistema tributário não está integrado com a contabilidade. Providências foram adotadas no sentido de que esta restrição fosse sanada a partir do exercício de 2015.						
2. Divergência no valor de R\$ 2.016.625,52, entre o Resultado Patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais – Anexo 15 (R\$ 5.300.647,03) e o Saldo Patrimonial do exercício corrente, apurado no Balanço Patrimonial – Anexo 14, (R\$ 22.754.245,05), deduzido o Saldo Patrimonial do exercício anterior (R\$ 19.470.223,54), em afronta aos arts. 104 e 105 da Lei n. 4.320/64.	De acordo com os nossos registros contábeis e balanço consolidado, essa equação apresenta as seguintes variáveis:						
	<table border="1"> <tr> <td>Saldo Patrimonial de 2013 do BP</td> <td>17.453.598,02</td> </tr> <tr> <td>(+) Saldo Patrimonial de 2014 do DVP</td> <td>5.300.647,03</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> </tr> </table>	Saldo Patrimonial de 2013 do BP	17.453.598,02	(+) Saldo Patrimonial de 2014 do DVP	5.300.647,03		
Saldo Patrimonial de 2013 do BP	17.453.598,02						
(+) Saldo Patrimonial de 2014 do DVP	5.300.647,03						

<p>Registra-se que, conforme verificado no Sistema e-Sfinge, o saldo final do Passivo em 2013 representava R\$ 12.183.261,96, porém, nos lançamentos de abertura em 2014 constou o valor de R\$ 12.156.589,73, ocasionando a divergência de R\$ 30.796,41 que somada a divergência do item 8.1.3 perfaz o montante de R\$ 2.016.625,52 (Quadro 10 do Relatório DMU e fs. 187 a 193 dos autos);</p>	<table border="1"> <tr> <td>(=) Saldo Patrimonial de 2014</td> <td>22.754.245,05</td> </tr> <tr> <td>(-) Saldo Patrimonial de 2014 do BP</td> <td>22.754.245,05</td> </tr> <tr> <td>(=) Diferença Apurada</td> <td>0,00</td> </tr> </table>	(=) Saldo Patrimonial de 2014	22.754.245,05	(-) Saldo Patrimonial de 2014 do BP	22.754.245,05	(=) Diferença Apurada	0,00
(=) Saldo Patrimonial de 2014	22.754.245,05						
(-) Saldo Patrimonial de 2014 do BP	22.754.245,05						
(=) Diferença Apurada	0,00						
<p>3. Divergência no valor de R\$ 115.871,49, entre o saldo apresentado na Demonstração da Dívida Flutuante – Anexo 17 (R\$ 2.500.681,29) e o saldo do Passivo Financeiro constante do Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei n. 4.320/64 (R\$ 2.616.552,78), caracterizando afronta aos arts. 85 e 105 da referida Lei. Registra-se que parte da diferença (R\$ 115.828,93) se refere ao saldo anterior do Anexo 17 (Quadro 10 do Relatório DMU);</p>	<p>Portanto, a restrição não procede.</p> <p>De acordo com os nossos registros contábeis e balanço consolidado, o Demonstrativo da Dívida Flutuante apresenta o saldo de R\$ 2.616.552,78, sendo este o valor registrado no Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial.</p> <p>Portanto, a restrição não procede.</p>						
<p>4. Divergência no valor de R\$ 1.985.829,11, entre o saldo do grupo Disponível do Balanço Patrimonial do exercício anterior – Anexo 14 (R\$ 12.783.524,64) e o saldo inicial do Balanço Financeiro do exercício atual – Anexo 13 (R\$ 10.797.695,53), em desacordo com o art. 103 da Lei n. 4.320/64. Registra-se que, conforme verificado no Sistema e-Sfinge, o saldo final do Disponível em 2013 representava R\$ 12.643.450,11, porém, nos lançamentos de abertura em 2014 constou o valor de R\$ 10.657.621,00, ocasionando a divergência de R\$ 1.985.829,11 (Quadro 10 do Relatório DMU e f. 119 dos autos);</p>	<p>De acordo com os nossos registros contábeis e balanço consolidado, o Balanço Patrimonial do exercício de 2013 apresenta como disponível o valor de R\$ 10.797.695,53 sendo este o valor do saldo inicial registrado o Balanço Financeiro de 2014.</p> <p>Portanto, a restrição não procede.</p>						
<p>5. Registro indevido nos Grupos Depósitos e Restos a Pagar do Passivo Financeiro nas Especificações de Fontes de Recursos 0, 1, 2 e 22, com saldo devedor de R\$ 86.340,92, R\$ 23.004,51, R\$ 8.402,57 e R\$ 6.019,06, respectivamente, em afronta ao previsto no art. 85 c/c o art. 105 da Lei n. 4.320/64 (Apêndice - Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos);</p>	<p>Segundo os nossos registros contábeis o resultado financeiro do exercício de 2014 foi superavitário em todas as fontes de recursos controladas no sistema de compensação, exceção feita as seguintes fontes de recursos, cujos recursos deveriam ter ingressado no exercício de 2014:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) 0.1.05.000022 – Repasse do FNDE; b) 0.1.05.000031 – Repasse do FNDE; c) 0.1.05.000033 - Repasse do FNDE; d) 0.1.05.000035 – Repasse do FNDE; e) 0.1.70.000041 – Convênio com o Governo Federal; f) 0.1.70.000045 – Convênio com o Governo Federal; g) 0.1.71.000088 – Convênio com o Governo do Estado; h) 0.2.28.000046 – Repasse Fundo a Fundo da Saúde; i) 0.2.28.000143 – Repasse Fundo a Fundo da Saúde; 						

	<p>j) 0.2.28.000145 – Repasse Fundo a Fundo da Saúde;</p> <p>k) 0.2.28.000146 – Repasse Fundo a Fundo da Saúde;</p> <p>l) 0.2.28.000159 – Repasse Fundo a Fundo da Saúde.</p>
<p>6. Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso, em desatendimento ao que dispõe o art. 1º da Resolução n. TC-77/2013, que deu nova redação ao art. 20, §2º, alínea "e", da Resolução n. TC-16/94 (Capítulo 6, item 6.6, do Relatório DMU).</p>	<p>O Município não dispunha do Conselho Municipal do Idoso em 2014. Ele foi constituído em 13/02/2017 pela Portaria nº 088/2017. Portanto, a partir do exercício de 2017 o Parecer será encaminhado.</p>
<p>7. Recomenda ao responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto à irregularidade afeta ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA (vide Capítulo 6, item 6.3.1, do Relatório DMU).</p>	<p>Providências foram adotadas no sentido de adequar a operacionalização do FIA, conforme apontado pelo Tribunal de Contas.</p>
<p>8. Recomenda ao Poder Executivo que, após o trânsito em julgado, divulgue esta Prestação de Contas e o respectivo Parecer Prévio, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, conforme estabelece o art. 48 da Lei Complementar n. 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal.</p>	<p>Providências foram adotadas para divulgação da prestação de contas e o respectivo parecer prévio, no portal da transparência.</p>

XX – DEMONSTRATIVO DOS VALORES ARRECADADOS DECORRENTES DE DECISÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS QUE IMPUTARAM DÉBITO A RESPONSÁVEL, INDIVIDUALIZADOS POR TÍTULO, COM INDICAÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS EM RELAÇÃO AOS TÍTULOS PENDENTES DE EXECUÇÃO PARA RESSARCIMENTO AO ERÁRIO.

Facultativo em 2017.

Nos termos do artigo 39 da Lei Complementar (Estadual) nº 202/2000, as decisões do Tribunal de Contas de que resulte em imputação de débito a Agente Público por dano causado ao erário, torna essa dívida líquida e certa e tem eficácia de título executivo para cobrança judicial, devendo, por isso, a Procuradoria do Município adotar todas as providências cabíveis no sentido de que o erário seja ressarcido.

Desse modo faz-se necessário que o Órgão de Controle Interno faça o acompanhamento quanto às providências que estão sendo adotadas pelas autoridades competentes em relação aos títulos pendentes de execução para ressarcimento ao erário e demonstre a situação de cada um dos responsáveis pelo débito imputado pelo Tribunal de Contas, conforme **Anexo XI** deste relatório.

XXI – AVALIAÇÃO SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS E ESTRATÉGIAS PREVISTAS NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Em atendimento ao princípio do planejamento das ações de governo e ao disposto no artigo 5º, da Lei Municipal nº 3.558/2015, a execução do Plano Municipal de Educação e o cumprimento de suas metas deverão ser objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas.

Nesse sentido, faz-se necessário que conste deste relatório, para conhecimento do Tribunal de Contas e da sociedade, demonstrativo das metas estabelecidas e avaliação quanto ao seu cumprimento, conforme disposto no **Anexo XII** deste relatório.

XXII – OUTRAS INFORMAÇÕES PREVIAMENTE SOLICITADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS.

De todo o exposto e considerando, que a avaliação do cumprimento das metas fiscais, físicas e financeiras estabelecidas nos instrumentos de planejamento orçamentário demonstrou que o resultado pode ser entendido como satisfatório;

Considerando, que o resultado financeiro foi superavitário em todas as Unidades Gestoras e em todas as fontes de recursos, exceção aquelas relacionadas no relatório, incapazes de comprometer a saúde financeira do Município, atendendo, portanto, ao princípio do equilíbrio de caixa estabelecido no artigo 48, “b” da Lei (federal) 4.320/64 c/c artigo 1º, §1º, da Lei Complementar (federal) 101/2000 - LRF;

Considerando, as medidas efetivas adotadas para cobrança dos créditos inscritos em dívida ativa;

Considerando, as ações que estão sendo empreendidas para o aparelhamento da máquina arrecadadora no sentido de dar cumprimento ao disposto no artigo 30, inciso III, da CF/88 e artigo 11, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Considerando, o cumprimento dos gastos mínimos com ações e serviços públicos de saúde e com a manutenção e desenvolvimento do ensino básico;

Considerando, a observância ao limite global de gastos com pessoal e de endividamento;

Considerando a observância aos limites e condições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal para renúncia de receita, geração de despesa, inscrição de despesas em restos a pagar, instituição, previsão e arrecadação dos tributos de competência do Município, realização de audiências públicas nos processos de elaboração e discussão dos instrumentos de planejamento e avaliação do cumprimento das metas físicas e fiscais;

Considerando a observância dos prazos no atendimento da Agenda das Obrigações Diárias em 2017;

Considerando, que em geral, os princípios fundamentais de contabilidade foram cumpridos no registro dos atos e fatos relacionados à execução orçamentária, financeira e patrimonial; e

Considerando, que a abertura de créditos adicionais atendeu ao princípio da legalidade e as normas constitucionais e legais vigentes,

A DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO CONCLUI POR RECONHECER QUE AS CONTAS DE GOVERNO DO EXERCÍCIO DE 2017, REPRESENTADA PELO BALANÇO CONSOLIDADO, APRESENTA ADEQUADAMENTE A POSIÇÃO FINANCEIRA, ORÇAMENTARIA E PATRIMONIAL, BEM COMO, AS OPERAÇÕES ESTÃO DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE APLICADOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

É o relatório.

Nova Trento, março de 2018.

Cátia Búrigo
DIRETOR DE CONTROLE INTERNO

Atesto para todos os fins, que tomei conhecimento da conclusão do relatório emitido pelo Diretor de Controle Interno do Município sobre as contas anuais de governo do exercício de 2017.

Nova Trento, março de 2018.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal